

**HABEAS CORPUS Nº 548.976 - RJ (2019/0358533-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : RAMIRO CARLOS ROCHA REBOUCAS  
**ADVOGADO** : RAMIRO CARLOS ROCHA REBOUCAS - RJ169721  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : PABLO PACHECO DE OLIVEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de PABLO PACHECO DE OLIVEIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que não conheceu do HC n. 0053756-55.2019.8.19.0000.

Depreende-se dos autos que o Juízo da 5ª Vara Criminal da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro condenou o paciente, pela prática do crime tipificado no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, incisos IV e VI, da Lei n. 11.343/2006, à pena de 9 anos, 8 meses e 20 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e multa (e-STJ fls. 52/74).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte local, contudo, em sessão de julgamento realizada no dia 12/11/2019, a Quarta Câmara do TJRJ, à unanimidade, não conheceu do *mandamus*, em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 75):

*HABEAS CORPUS. Artigos 33, caput, c/c 40, IV e VI, da Lei nº 11343/06. Pena: 09 anos, 08 meses e 20 dias de reclusão e ao pagamento de 971 dias-multa, no valor unitário mínimo legal, em regime fechado. Aponta como autoridade coatora o Juiz de Direito da 5ª Vara Criminal da Capital. SEM RAZÃO A DEFESA: Alega o impetrante, em síntese, a nulidade da sentença e da instrução criminal, sob o argumento de violação do contraditório e ampla defesa, diante da ausência de acesso a mídias contendo o depoimento das testemunhas; desrespeito ao art. 400 do CPP; impugnação da prova emprestada (depoimento do menor) e indeferimento da prova pericial. As pretensões têm âmbito próprio para serem enfrentadas. Se conhecido o writ e apreciada a pretensão aqui deduzida, incorrer-se-ia em supressão de instância. Trata-se de matéria a*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*ser discutida em sede de recurso de apelação e, portanto, nesse ponto o Habeas corpus não merece ser conhecido. Tanto o Superior Tribunal de Justiça, como o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado, o que não ocorreu no presente caso. Defesa, inclusive, já interpôs o recurso cabível. Diante da eleição de via inadequada pela defesa técnica, voto pelo NÃO CONHECIMENTO DO PRESENTE WRIT.*

No presente *habeas corpus*, o impetrante sustenta houve supressão de evidências que seriam fundamentais para as alegações finais defensivas, visto que a defesa técnica não teve acesso às gravações dos depoimentos de três policiais.

Aduz que é nulidade para se conhecer de ofício, com determinação de anulação de todos os atos processuais, baixa à origem para que a Defesa Técnica tenha total acesso aos áudios para poder apresentar novas alegações finais (e-STJ fl. 14).

Ainda, postulando pela nulidade da sentença penal condenatória, afirma que houve violação ao comando previsto no art. 400 do Código de Processo Penal, tendo havido a juntada aos autos de depoimentos informais pelo Ministério Público, em peças não numeradas e não encartadas, após a audiência de instrução e julgamento e que, segundo o alegado, a defesa não pôde se manifestar a respeito e foram utilizados na sentença penal.

Pugna, liminarmente, pela substituição da prisão cautelar do paciente por outras medidas previstas no art. 319 do CPP. No mérito, *sejam declaradas nula a sentença, e nulos todos os atos posteriores aos interrogatórios das testemunhas, sendo determinado a obrigatoriedade de novos interrogatórios, desta presencial, em juízo, do menor cujas informações foram utilizadas na sentença, e para formar uma agravante em desfavor do Paciente, bem como a obrigatoriedade, visto o direito da Ampla Defesa e*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Contraditório, da acareação entre as testemunhas, entre os policiais e o menor de idade, entre os policiais e as testemunhas da defesa, dos policiais entre si, e do Réu (e-STJ fl. 51).*

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Tribunal impetrado acerca do alegado na presente impetração, em especial se houve o julgamento do recurso de Apelação Criminal interposto pela defesa do ora paciente, devendo ser remetida a senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, se for o caso, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator